



Anais da Assembléia

Nº 110

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colago; PSDB - 09: Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borcato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Narone - Florivaldo Fier - Itineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 34ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1997
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezesseis horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jélio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1611

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.06.97

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 189/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/97, que dispõe sobre a diretriz orçamentária do Estado para o exercício financeiro de 1998. Aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 189/97
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício finan-

ceiro de 1998 compreendendo:

- I - as prioridades de Administração Estadual;
- II - as estruturas dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;
- IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referentes ao exercício;
- V - outras disposições.

CAPÍTULO I

Das Prioridades da Administração Estadual

Art. 2º - Constituem prioridades do Governo Estadual:

- I - a mudança do perfil econômico do Estado através da industrialização, para torná-lo menos dependente do setor primário;
- II - o investimento para melhoria da qualidade de vida, da qualificação de recursos humanos e da infraestrutura do Estado, assegurando políticas públicas convergentes nas áreas do meio ambiente, saneamento, energia, agricultura, industrialização, turismo, desenvolvimento de cidades, ciência e tecnologia;
- III - o atendimento às necessidades básicas da população nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, habitação, segurança, justiça, cidadania, abastecimento, cultural, atenção à criança e à família, geração de emprego e de renda.
- IV - a efetividade na gestão pública, com a otimização do uso dos recursos públicos no contexto de equilíbrio financeiro do Estado.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior estão detalhadas por Programa de Governo, no Anexo desta Lei e terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1998.

CAPÍTULO II

Das Estruturas dos Orçamentos

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto dos Anexos I, II, III, IV e V, que conterão:

- I - Legislação e resumos da receita referente ao orçamento fiscal próprio da administração indireta e ao orçamento de investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista;
- II - Resumos gerais de despesa, segundo as fontes de recursos;
- III - Orçamento Fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;
- IV - Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;
- V - Programa de Obras a que se refere a Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

Art. 5º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, terão a sua despesa discriminada por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional programática, observando a classificação da despesa quanto à sua natureza, reestruturada aos moldes da Portaria SOF/SEPLAN nº 35, de 01 de agosto de 1989 e suas alterações, obedecendo os seguintes agrupamentos:

- DESPESAS CORRENTES** - Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida Pública; Outras Despesas Correntes.
- DESPESAS DE CAPITAL** - Investimentos; Inversões Financeiras; Amortização da Dívida Pública; Outras Despesas de Capital.

Art. 6º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista será apresentado por Empresa e terá o seu programa de trabalho definido por projeto/atividade.

Art. 7º - O Programa de Obras, contendo o Detalhamento Físico e Financeiro das Obras, será apresentado por unidade orçamentária, projeto/atividade, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

Art. 8º - O Projeto de lei que o Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, deverá demonstrar o gasto com o pessoal e encargos sociais, por Poder e Total, executado nos últimos três anos, a execução provável em 1997 e o programado para 1998 com a indicação da representatividade percentual do total em relação à receita líquida, nos termos do artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e da Lei Complementar nº 82, de 23 de março de 1995, em 1996 e 1997.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes para Elaboração dos Orçamentos do Estado

SEÇÃO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 1997.

§ 1º - As despesas custeadas com financiamentos em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 1º de julho de 1997.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual serão atualizados, antes do início da execução orçamentária mediante aplicação de Índice de variação de preços no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo Índice para dezembro de 1997, de acordo com critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Art. 10 - As receitas destinadas aos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 11 - Os Orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, não poderão ter fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 12 - Na programação da despesa, não poderão ser incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um Órgão.

Art. 13 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual.

§ 1º - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua conclusão.

§ 2º - No anexo de obras, as mesmas serão identificadas como novas, em andamento, paralisadas e reativadas, conforme a situação em que se encontrem.

Art. 14 - O valor orçado das operações de crédito para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixada no orçamento.

Art. 15 - Na programação dos orçamentos não poderão ser incluídas despesas a título de investimentos em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do art. 135, § 2º da Constituição Estadual.

Art. 16 - O Projeto de Lei Orçamentária para 1998 conterá, preliminarmente, exposição circunstanciada da situação econômica e financeira do Estado, documentada com:

I - Demonstração da Dívida Fundada e Flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;

II - Exposição da receita e despesa, particularmente no tocante ao Orçamento da Capital;

III - Demonstrativo das concessões de isenções fiscais;

IV - Demonstrativo da dívida estadual, pagamentos e cancelamentos ocorridos durante o ano de 1996 e saldo atual;

V - Demonstrativo dos recursos do Tesouro Estadual a serem transferidos às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para custeio de despesas de pessoal e encargos sociais e de manutenção das mesmas.

Art. 17 - O Projeto de Lei Orçamentária para 1998, destinará recursos do Tesouro Geral do Estado aos Órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos necessários:

I - Ao orçamento do Poder Legislativo, correspondendo a até 5% (cinco por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, cabendo à Assembleia Legislativa o percentual de 3,16% e ao Tribunal de Contas o percentual de 1,84%;

II - Ao orçamento do Poder Judiciário, correspondente a até 7% (sete por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas. Em observância ao princípio da gestão financeira autônoma, do percentual acima definido caberá ao Tribunal de Justiça a parcela de 6,37% e ao Tribunal de Alçada a parcela de 0,63%;

III - Ao Orçamento do Ministério Público correspondendo até 3,0% (três por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;

IV - Ao pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

V - Ao pagamento do serviço da Dívida Pública;

VI - Ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual e de acordo com a Lei que vier regulamentá-lo;

VII - A manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VIII - Aos empréstimos e às contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - A programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, inclusive os previstos na Constituição do Estado no artigo 142 e artigo 58 das Disposições Transitórias; V

X - Ao custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde a que se referem as Leis Estaduais nºs 10.219 de 21 de dezembro de 1992 e 10.533 de 30 de novembro de 1993.

XI - Ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 1997.

Art. 18 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por uma Secretaria implicará na redução do limite de outra, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do Poder Executivo	até 5%
Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador	até 1%
Procuradoria Geral do Estado	até 1%
Ouvidoria Geral do Estado	até 1%
Sec. Est. Planejamento e Coordenação Geral	até 4%
Administração Geral do Estado	até 10%
Recursos sob a Supervisão da SEFA	
Secretaria de Est. da Administração	até 12%
Secretaria de Est. da Fazenda	até 9%

Administração Geral do Estado	até 11%
Recursos sob a Supervisão do SEFA	
Sec. Est. de Obras Públicas	até 1%
Secretaria de Est. Comunicação Social	até 1%
Secretaria de Est. Segurança Pública	até 16%
Sec. Est. Ciência e Tec. e Ens. Superior	até 3%
Secretaria de Estado da Saúde	até 20%
Sec. Estado da Justiça e Cidadania	até 6%
Secretaria de Est. da Cultura	até 5%
Sec. Est. da Criança e Assuntos da Família	até 6%
Sec. Est. do Emprego e Rel. do Trabalho	até 3%
Sec. Est. do Esporte e Turismo	até 6%
Sec. Est. Ind. Comércio Des. Econômico	até 6%
Sec. Est. da Agricultura e Abastecimento	até 15%
Sec. Est. do Desenvolvimento Urbano	até 4%
Sec. Est. do Meio Ambiente	até 12%
Sec. Est. dos Transportes	até 25%
Secretário Esp. Política Habitacional	até 10%

§ 1º Os recursos de que trata o caput deste artigo serão alocados prioritariamente na manutenção e custeio dos órgãos, bem como nas contrapartidas de convênios e acordos firmados com entidades e organismos públicos e privados, nacionais e internacionais.

§ 2º Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso de extinção da função, serão remanejados por ato do Poder Executivo mediante autorização do Poder Legislativo, aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 19 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contrato com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante de contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - a Lei Orçamentária incluirá na previsão de receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências, inclusive oriundos de convênios.

SEÇÃO II

Das Diretrizes Específicas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta

Art. 20 - O Orçamento Fiscal e os Próprios da Administração Indireta, para 1998, estimarão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado relativo às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, com um valor de até R\$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de reais), a preços de 1º de julho de 1997, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 21 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 22 - As Propostas Orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão elaboradas, respectivamente, pela Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral da Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, nos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 23 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados a cobrir despesas com pessoal e encargos sociais serão fixados em até 60% (sessenta por cento) do valor das receitas correntes, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.

Art. 24 - Os recursos do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de Capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de

programas financiados e de convênios e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 25 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicional à efetiva realização de contratos.

Art. 26 - O Orçamento Fiscal conterá projeto/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Art. 27 - O Orçamento Fiscal conterá a previsão de recursos necessários para cumprimento ao disposto no artigo 137, parágrafo único da Constituição Estadual, mediante prévia autorização legislativa.

SEÇÃO III

Das diretrizes do Orçamento de Investimento

Art. 28 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferência do Tesouro Geral do Estado, aplicados na espécie investimento.

Art. 29 - Os montantes das despesas dos Orçamentos de Investimento não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 30 - Na estimativa das receitas será considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1997, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência;
- IV - o aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

CAPÍTULO V

Das Outras Disposições

Art. 31 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderão ser apresentadas emendas desde que não:

- I - sejam incompatíveis com as disposições do parágrafo 3º do art. 134 da Constituição Estadual;
- II - transfiram recursos próprios às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;
- III - discriminem instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais;
- IV - incluam obras sem o respectivo detalhamento físico financeiro, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 02, e sem a clara identificação do investimento que será cancelado para criar o recurso necessário a emenda;
- V - retirem recursos oferecidos como contrapartida de financiamento, empréstimos, acordos, convênios e outras formas de contrato.

Art. 32 - Até 5 dias úteis após a publicação do relatório a que se refere o artigo 165, § 3º da Constituição Federal, o Poder Executivo colocará à disposição da Assembleia Legislativa os dados relativos à execução orçamentária do período, por categoria de programação detalhada por fontes de recursos, grupos de despesas quanto a sua natureza mediante acesso amplo, através dos SIAF, COP e outros sistemas de controles da execução do orçamento.

Art. 33 - A Lei Orçamentária Anual indicará os critérios

de atualização monetária dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista durante o período de execução orçamentária.

Art. 34 - Na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

§ 1º - Fica vedado aos Órgãos da Administração Direta e Indireta e Empresas Públicas, onde o Estado seja o acionista principal, prever e/ou repassar recursos orçamentários para subvenções sociais a clubes, associações, fundações, ou outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches e serviços de saúde.

§ 2º - No caso de Fundos de Pensão e Pecúlio, quando autorizados devidamente, os repasses não poderão ultrapassar em hipótese alguma o mesmo valor pago pelo servidor ou empregado.

§ 3º - Ao final de cada trimestre será enviado relatório à Assembleia Legislativa comunicando quais foram as instituições beneficiadas, o montante despendido e o objetivo da despesa.

Art. 35 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesa, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 9º desta Lei.

Art. 36 - No exercício de 1998, a título de reposição de pessoal, somente poderão ser admitidos servidores desde que:

I - existam vagas evidenciadas pelos demonstrativos apresentados pelos órgãos responsáveis pelo setor de recursos Humanos dos Poderes constituídos;

II - Houver vacância dos cargos ocupados constantes nos demonstrativos indicados no item I;

III - Houver dotação orçamentária específica para atendimento da despesa, atestada pela Secretaria do Planejamento ou setor competente.

Art. 37 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.06.97.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente;

DURVAL AMARAL - Relator.

ANEXO

PROJETO DE LEI Nº 189/97

PRINCIPAIS AÇÕES PROGRAMÁTICAS

NO PROGRAMA: IDÉIAS-FORÇA EM CADA REGIÃO

- Dar continuidade ao projeto de implantação da infra-estrutura ao longo do Anel de Integração que une Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Guarapuava, (Três Pinheiros), Cândói, Pato Branco e Francisco Beltrão;
- Conservar e melhorar a infra-estrutura de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos;
- Dar continuidade ao projeto Costa Oeste nas regiões litorâneas ao Lago de Itaipu;
- Melhorar a infra-estrutura do litoral paranaense;

NO PROGRAMA: PARANÁ 12 MESES

- Dar continuidade ao programa de melhoria da qualidade de vida da população do meio rural com o combate à pobreza no meio rural, pela capacitação e profissionalização, organização e fortalecimento institucional e mecanismos de

apoio ao trabalhador rural;

- Dar continuidade a implantação de vilas rurais; Estimular a pesquisa e extensão rural para fortalecimento da agricultura no Paraná;

NO PROGRAMA: PARANÁ + SANEAMENTO

- Dar continuidade às ações dos Programas de Saneamento Ambiental;
- Atender gradativamente a demanda de sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 236/97, de autoria do Deputado Remy Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação das Escolas Reunidas do Instituto Cristão, mantenedora do Colégio Instituto Cristão. Aprovado. (Publ. no DA, nº 84, de 28.05.97).

ITEM 03

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação do Fundo Rotativo do Poder Judiciário na forma que especifica, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva, com sede e foro no município de Planaltina do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/97, de autoria do Deputado Albanor Gomes, que declara de Utilidade Pública o Clube de Xadrez de Araucária, com sede e foro no município de Araucária. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/97, de autoria do Deputado Albanor Gomes, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Educacional Lecristo, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/97, de autoria do Deputado Remy Borsatto, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, mantenedora da Escola Centro Educacional para Excepcionais, com sede e foro no município de São Pedro do Ivaí, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/97, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a Academia de Cultura de Curitiba, com sede e fora nesta capital. (Comissão Geral de Plenário). Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/97, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que cria um Polo Agroindustrial e Eletrônico, liderado pelo município de Pato Branco, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a Agroindústria e a Indústria de Eletroeletrônicos da Região. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Aprovado,

artigo por artigo.

ITEM 10

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/97, de autoria do

Poder Executivo - Mensagem nº 027/97, que aprova a abertura de Crédito Suplementar no Valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual do Centro Oeste, visando atender despesas correntes da UNICENTRO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/97, que aprova Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de Dezembro de 1996, no valor de R\$ 16.510.000,00 (dezesseis milhões, quinhentos e dez mil reais). Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/97, que aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.600.000,00 (onze milhões e seiscentos mil reais), ao vigente orçamento da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, (obras de sistema de abastecimento). Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/97, que aprova abertura de Crédito Suplementar, no valor de R\$ 15.636.000,00 (quinze milhões, seiscentos e trinta e seis mil reais), ao vigente orçamento da Biblioteca Pública do Paraná, visando atender despesas com aquisições de equipamentos e material permanente. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/97, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamentos junto a União, destinados à Liquidação de compromissos originados de empréstimos obtidos junto a credores estrangeiros, de responsabilidade da Administração Direta Estadual, no valor de US\$ 152.980.877,99 (cento e cinquenta e dois milhões, novecentos e oitenta mil, oitocentos e setenta e sete dólares e noventa e nove cents de dólares dos Estados Unidos da América). Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Passa a ser examinado se houver convocação Extraordinária ou no período ordinário com início em agosto.

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/97, que fica aprovado um ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 7.258.275,00 (sete milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e setenta e cinco reais), ao vigente Orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/97, que visa aprovar abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 643.353,00 ao vigente orçamento da Procuradoria Geral do Estado, visando atender ao pagamento de Precatórios do IASP, remanescentes do exercício de 1995. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/97, que aprova um ajuste ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 51.400,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos reais), ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/97, de autoria do Deputado Júlio Ando, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Esportiva de Londrina - ACEL, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/97, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo a anistiar multas e atualizações monetárias e parcelar em até 12 (doze) meses os IPVAs em atraso, no Estado do Paraná. PARECER AO SUBSTITUTIVO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 1611, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

As Sessões de sexta-feira e de segunda-feira serão destinadas ao trabalho das Comissões que deverão preparar os Projetos para o início do Período Legislativo.

A todos os Deputados os meus agradecimentos pela presença constante, dando um exemplo de como se funciona democraticamente um Parlamento da classe do Estado do Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Ata da Comissão:

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezanove dias do mês de maio do ano de hum mil, novecentos e noventa e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Sr. Deputado Ricardo Chab, mais a presença dos Deputados Cesar Seleme, Edno Guimarães e Élio Lino Rusch. A seguir o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse na Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 145/96, de autoria do Deputado Toti Colaço, Relator Deputado Cesar Seleme, PARECER FAVORÁVEL - Aprovado. Projeto de Lei nº 416/96, de autoria do Deputado Sérgio Spada, Relator Deputado Élio Lino Rusch, PARECER FAVORÁVEL - Aprovado. Projeto de Lei nº 482/96, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, Relator Deputado Cesar Seleme PARECER FAVORÁVEL. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária desta Comissão.

(ss) RICARDO CHAB

Presidente

Mirian Ribeiro Percinoto

Secretária